



UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**FACULDADE DE LETRAS**

NOTAS SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DO  
EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO: O QUE APONTAM AS PESQUISAS DO  
CAMPO CRÍTICO

Ayrton Gomes Machado

Rio de Janeiro

2023

AYRTON GOMES MACHADO

NOTAS SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DO  
EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO: O QUE APONTAM AS PESQUISAS DO  
CAMPO CRÍTICO

Monografia submetida à Faculdade de Letras da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Licenciado em Letras na habilitação  
Português/Literaturas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra Vânia Cardoso da Motta

Rio de Janeiro

2023

À Dona Rita de Cássia, minha mais incansável e fiel admiradora e incentivadora.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais. Sem vocês jamais seria possível chegar aonde cheguei e almejar passos ainda maiores. Sem as orientações, o incentivo, as dores e até mesmo os conflitos, não seria possível. Sem todas as renúncias que vocês fizeram ao longo desses 28 anos, não seria possível. A conclusão dessa graduação é a materialização, na minha vida, de todo esforço e todo suor que vocês depositaram em mim durante todos esses anos. Se a vida e a UFRJ me fizeram professor, essa vitória tem dois protagonistas: Rita de Cássia e José Carlos.

Agradeço à minha irmã, Heloísa, por todos os anos de parceria e companheirismo. Obrigado por todas as risadas, brigas, alegrias e tristezas vividas durante todo esse tempo, principalmente nas tardes e noites flamengas. A sua felicidade sempre foi a minha, essa conquista também é sua.

Veículo motor e sustentador da minha força, dedicando seu tempo e sua vida à nossa família, agradeço à minha esposa, Iris, por todo apoio dado, em todas as fases da nossa relação. Esse trabalho e a conclusão da minha graduação devo muito a você, que abriu mão de tanto por essa vitória, nossa vitória. Nossa família é a minha maior conquista e meu maior motivo de orgulho. Vocês que me dão força para começar, recomeçar e seguir firme todos os dias. Obrigado por fazer da sua vida, nossa.

Aos meus pequenos, Arthur e Cecília, todo o amor do mundo. Vocês são a minha vida, a minha razão. Tudo é por vocês!

Ao meu tio Carlos Alberto (em memória), agradeço pelas conversas, conselhos e muitos momentos que tivemos juntos. Mesmo a distância de anos não nos afastou. A vida te trouxe para perto e, de forma abrupta, te levou para longe. Jamais será esquecido como um dos grandes pensadores e questionadores que passaram pela minha caminhada.

À minha tia Ana Paula (em memória), a primeira professora que passou pela minha vida, agradeço pela vida ao seu lado. Em todos os momentos, bons e ruins, presente na minha caminhada, do meu nascimento ao nascimento dos meus. Grande parte de mim é você, por isso não te perdi; te achei, te ganhei, te vivi. Você segue comigo, para sempre.

Agradeço à minha avó, Naide, matriarca da família, que sempre se dedicou tanto a todos nós. Muito obrigado por tudo, baixinha.

Um grande e eterno agradecimento a toda a minha família, principalmente às tias Rita, Iné (em memória), Dalva, Maria (em memória) e aos tios Zeca (em memória) e Chagas, que tanto me incentivaram e apoiaram nesses anos. Agradeço, também, aos meus sogros, Cida e Ednaldo, e à minha cunhada, Viviane, por todo apoio e carinho dados a mim e aos meus pequenos.

Muito obrigado à minha orientadora, Vânia Motta, por toda gentileza e atenção ao aceitar me guiar nesta produção, sempre disposta a me ajudar, indicando textos, temáticas e caminhos interessantes a serem seguidos. Mesmo à distância, saiba que a senhora teve um papel muito importante nessa minha etapa. Também deixo registrado meu agradecimento à queridíssima professora Inny Accioly, que, a partir da disciplina de Educação Brasileira, aguçou meu interesse pelo tema aqui trabalhado, com suas excelentes aulas e sua entrega para auxiliar os alunos. A partir da figura de vocês duas, estendo meu agradecimento a todos os professores, professoras e funcionários da UFRJ que contribuíram para a minha formação profissional e cidadã.

Deixo meu carinho e minha admiração aos meus melhores amigos e companheiros de magistério, David e Gabriel. Obrigado por compartilharem comigo os sonhos, as dores e os desafios que permeiam nossa profissão. Vocês são uma inspiração para mim! Agradeço também aos meus amigos Bruno, Ana Luiza e Michelli; mesmo à distância, sei o quanto vocês vibram com essa minha suada, demorada, mas concretizada conquista. Vocês são presentes que a vida me deu, muito obrigado.

Agradeço às minhas amigas Bárbara, Diana, Julia e Thainá; a Faculdade de Letras já teria valido muito a pena só por ter me dado vocês. Aos camaradas Anderson, Carlos, Dado, Danilo, Igor, Kalili, Lucas, Lut, Nabuco, Peres e Virginio, obrigado por compartilharem boa parte dessa jornada comigo. Os momentos no antigo C.A. e nas mesas do Plin jamais serão esquecidos.

À minha diretora Mônica Joaquim, muito obrigado por tudo, por toda confiança e apoio que sempre me deu, principalmente quando entrei, ainda muito novo, para a família Novo Mundo, onde me formei e me consolidei, efetivamente, como professor. Serei eternamente grato a você, à sua família e a todos com que compartilho diariamente meu exercício profissional e a educação do meu filho.

*“Aquele menino que você foi está o tempo todo olhando para você e dizendo ‘E aí, o que você fez de mim?!’”*

(Marcelino Freire)

## RESUMO

O presente trabalho, apoiado em pesquisas produzidas sobre diversos contextos educacionais no Brasil, se propõe a analisar a precarização do trabalho docente no país, sob a perspectiva do “empresariamento da educação de novo tipo”, apresentando as diferentes formas como tal prática se estabelece e relacionando esse processo à constante desvalorização do professor, somada aos inevitáveis prejuízos à educação e aos alunos. Nele, são abordados os impactos diretos da inserção da lógica empresarial na vida e no trabalho do professor, que tornam a prática docente um desafio cada vez maior no país, sobretudo em um cenário de cortes orçamentários e parcerias público-privadas com organizações empresariais, que promovem a subsunção da educação escolar ao processo de mercantilização.

**Palavras-chave:** Empresariamento da educação; trabalho docente; precarização; parcerias público-privadas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1: Algumas faces do empresariamento da educação de novo tipo no Brasil</b>	<b>12</b>
<b>1.1 – Parcerias Público-Privadas (PPPs) .....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 – Aplicação da lógica empresarial a partir das formas de contratação atípica</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 2: Os impactos diretos e indiretos do empresariamento na educação .....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO 3: Como esse cenário contribui para a precarização do trabalho docente?</b>	<b>22</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>31</b>



## Introdução

Quando discussões são levantadas acerca da importância do professor, há quase uma unanimidade quanto ao pensamento de que “O professor é a profissão que forma outras profissões” ou “Todos os profissionais passaram pelo professor”; fora uma parcela da população que, sistematicamente, nos últimos anos, tem colocado os educadores em uma posição de doutrinador ideológico, quase como um vilão. No entanto, de modo geral a população brasileira defende a ideia de que os docentes merecem um maior destaque na sociedade, seja pelo aumento do seu prestígio social, seja por meio de maior valorização salarial. Essa visão romantizada, quase que heroica, do professor vai de encontro a um cenário de constante precarização e desvalorização desse profissional, que se manifesta de diversas maneiras.

Do meu lugar de fala, como professor da educação básica, percebo que a luta do professor por condições melhores de trabalho e de vida mostra-se solitária, desunida e fragmentada. Compreendo que tal cenário é proposital, é feito para ser como é. Muitos setores da “sociedade civil”, sobretudo o empresariado organizado para disputar as políticas públicas de educação, contribuem para tal enfraquecimento político e representativo; aliás, a nosso ver, trata-se de uma condição fundamental para tornar hegemônico seu projeto de educação.

Nesse âmbito, a partir de uma pesquisa bibliográfica centrada em 7 artigos acadêmicos do campo crítico, este trabalho objetiva indicar o que é e como se dá o empresariamento da educação no atual contexto brasileiro; mostrar como essa estratégia pautada no capital atinge diretamente a educação pública e elucidar quais são as contribuições de tal movimento para a precarização do trabalho docente, com base nas discussões levantadas nesses artigos.

Para as análises da revisão de literatura realizada, foi usado como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico dialético, especificamente a teoria de Estado Integral, do filósofo italiano Antonio Gramsci, segundo a qual, a partir dos conflitos econômicos e políticos ocorridos no século XX, o Estado, em seu sentido ampliado, deve ser entendido como um campo de disputa e representação de interesses, dividido entre a sociedade política (Estado restrito, governo) e a sociedade civil (um conjunto de organizações como partidos políticos, sindicatos, mídia, religiões, entre outros, denominados por Gramsci como “aparelhos privados de hegemonia”). Ao identificar que a sociedade civil vai se complexando, em vista das crescentes organizações sociais, Gramsci percebe que a “natureza” coercitiva do Estado restrito já não é vista como forma mais adequada de os grupos dominantes manterem sua hegemonia, devendo

ser o consenso a melhor opção, em um processo de dominação ideológica. Nesse contexto, a sociedade civil passa a ser uma arena de disputas, e a escola se apresenta como um importante agente para a construção de um projeto hegemônico de poder, o que possibilita a participação direta dos aparelhos privados de hegemonia na educação, quando conflitos são gerados. Parte desses desafios serão abordados ao longo dos capítulos que seguem.

A partir da ascensão de projetos neoliberais na sociedade brasileira, principalmente a partir da década de 90, por meio das diretrizes do Banco Mundial, pode-se observar a inserção, cada vez maior, de empresários brasileiros nos sistemas de ensino do país. Esse empresariamento da educação caracteriza-se como um movimento articulado de grandes empresários, fortemente associados ao mercado financeiro, que tem por objetivo administrar e definir direções (das mais variadas origens) para a educação no país. Tal atividade concentra não somente ações como parcerias público-privadas, supostamente, de caráter colaborativo e filantrópico, “desinteressado” como indica Gramsci. Ela insere a aplicação da lógica empresarial no ensino brasileiro, a partir de iniciativas que subjugam o poder público aos seus desmandos e impõe aos professores, na ponta final desse processo, um cenário de desvalorização, falta de autonomia e constante sobrecarga de trabalho, este necessário para manter sua hegemonia.

A discussão sobre a necessidade de inserir a lógica capitalista na gestão da educação pública tem início nas décadas de 1980 e 1990, sob o pretexto de que o processo de globalização pelo qual a sociedade mundial passava demandaria maior organização das nações, no sentido de definir e adotar medidas práticas voltadas a diversos setores educacionais, dentre eles, a educação escolar, em prol de um bom desenvolvimento dos países. Tais diretrizes seriam definidas e capitaneadas pelos setores empresariais e, conforme cita Da Costa (2021, p. 775):

[...] foram sistematizadas na Conferência de Jomtien, realizada em 1990. Financiada pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial, e reunindo 155 estados-nações, diversas organizações não governamentais (ONGs), agências supranacionais e intelectuais, a Conferência teve por produto final a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”. Nela, os signatários se comprometiam a assegurar uma educação básica de qualidade às crianças, jovens e adultos.

Partindo do pressuposto de que o poder público é ineficiente na gestão dos serviços oferecidos à população, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos foi sucedida, em 1999,

pelo Pacto Global, anunciado no Fórum Econômico Mundial, que propôs uma reestruturação administrativa do Estado, atribuindo à sociedade civil (empresários, organizações não governamentais, dentre outras instituições) um papel de protagonismo sobre como tais serviços deveriam ser administrados e ofertados ao povo, conferindo a esses setores uma responsabilidade social sobre futuro dos países. Nesse processo de domínio, a educação escolar, que tem forte influência sobre a formação dos cidadãos (e futuros trabalhadores), não seria descartada, pelo contrário, hoje se tornou um dos principais alvos das investidas do capital financeiro na coisa pública.

No início do século XXI, esse movimento ganha materialidade e força no Brasil, como mencionam Motta e Andrade (2020, p. 3):

Em 2001, frações empresariais locais criaram o Movimento Brasil Competitivo, presidido pelo empresário Jorge Gerdau, com apoio do Banco Mundial e da “ressuscitada’ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), copatrocinado pela Merck Sharp & Dohme, pela Petrobras, e outras grandes empresas” (MOTTA, 2012, p. 125). Em 2006, grandes empresários e banqueiros criaram o Movimento Todos Pela Educação (TPE) e, de imediato, mostraram sua força política no Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação (Decreto n. 6094/2007). Em 2013, organizações como o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Roberto Marinho e o TPE criaram o Movimento pela Base Nacional Comum, que construiu e alavancou, em íntima relação com Estado estrito, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reestruturadora da educação básica brasileira.

A força adquirida por esses setores no campo da educação, nos últimos 20 anos, tem aumentado exponencialmente, acarretando reflexos em todos setores da educação: do público ao privado, da seleção ao treinamento de profissionais que aceitem suas metodologias e comunguem suas ideias (ou não, pois muitas vezes são impostas), da definição de aspectos curriculares à produção de materiais didáticos padronizados. Em vista de ser um processo sem precedentes na história da educação brasileira, Motta e Andrade (2020) denominaram de “empresariamento da educação de novo tipo”.

A partir desse contexto, os próximos capítulos apresentarão o que foi levantado pelos autores dos artigos que fazem parte da pesquisa deste trabalho. No Capítulo 1 – *Algumas faces do empresariamento da educação de novo tipo no Brasil* –, são citadas diversas formas de aplicação da lógica empresarial no ensino, divididas em dois blocos: as formas de contratação

atípicas e as parcerias público-privadas, a fim de lançar luz sobre tais fenômenos, uma vez que muitos desconhecem sua existência e suas múltiplas facetas.

O Capítulo 2 – *Os impactos diretos e indiretos do empresariamento na educação de novo tipo* – menciona os objetivos dos projetos de dominação da classe burguesa, além de analisar como estes se concretizam efetivamente sobre a educação do país, com suas diversas implicações.

Apoiado sobre a base do objetivo deste trabalho, o Capítulo 3 – *Como esse cenário contribui para a precarização do trabalho docente?* – se debruça sobre os prejuízos gerados (e impostos) aos professores, fruto de uma lógica que cada vez mais descaracteriza a figura dos educadores e fragiliza a autonomia e a articulação política desses profissionais.

Ao final, são apontados alguns caminhos que poderiam ser seguidos, algumas formas de resistência e fortalecimento que deveriam ser tomadas pelos educadores como prioridade na sua luta por melhores condições de trabalho, convidando a sociedade como um todo para se aliar a essas reivindicações, ratificando para a população o dever constitucional do Estado de garantir a todos uma educação pública de qualidade.

## **1. Algumas faces do empresariamento da educação de novo tipo no Brasil**

Neste capítulo introdutório apresentamos algumas faces com as quais o empresariamento da educação de novo tipo se apresenta como formas de subsumir a educação à lógica mercantil.

Em um primeiro momento apresentamos as *Parcerias Público-Privadas*, em seguida será abordada a *Aplicação da lógica empresarial a partir das formas de contratação atípica*.

### *1.1. Parcerias Público-Privadas (PPPs)*

A partir de meados dos anos 1990 e início dos anos 2000, no Brasil, o protagonismo e a força de organizações sociais empresariais aumentaram de maneira exponencial, sob a tese de que o poder público e os professores foram incapazes de elevar o nível da educação escolar no país. Tais iniciativas, apoiadas nas diretrizes do Banco Mundial e “tuteladas” pela reforma

administrativa do Estado brasileiro<sup>1</sup>, propiciaram no país um sistema de “parcerias”, nas quais o empresariado brasileiro (em sua maioria diretamente associado ao mercado financeiro) assume o papel de gerir e definir os caminhos a serem seguidos pelos sistemas de ensino no país.

Ao se apresentarem como entidades que filantropicamente auxiliariam o governo a elevar a qualidade da educação escolar no país, esses grupos, por meio de parcerias público-privadas, passaram a ter influência direta sobre diversos setores da educação pública brasileira, definindo parâmetros a serem considerados, caminhos a serem seguidos, medidas a serem adotadas, orientando professores, formando alunos e guiando a educação escolar em favor de seus interesses, de acordo com suas necessidades. Sob o argumento de terem um papel importante a desempenhar em prol do desenvolvimento do país, essas empresas definem, inclusive, como serão formados os jovens cidadãos (e futuros trabalhadores) que passam por suas orientações em seus diversos projetos realizados em milhares de escolas do país.

Haja vista que oferecer uma educação pública de qualidade a todos os cidadãos é dever do poder público e que caberia discussão ampla sobre o que se define como qualidade de ensino, não se pode permitir que essa suposta oferta de uma educação de qualidade seja norteadada pela iniciativa privada (e por seus interesses privatistas), já que esta não tem compromisso legal algum com a educação do país, e sim com a perpetuação do poder das classes dominantes, o que vai de encontro aos interesses do povo.

As pesquisas que embasam este trabalho apontam uma série de “parcerias” que vêm sendo estabelecidas nos últimos 30 anos no Brasil. “Parcerias” vendidas como um utópico projeto de colaboração mútua e coordenada entre o público e o privado, mas que, na prática, elevam o empresariado à condição de protagonista, submetendo a educação pública às suas necessidades.

Dentre os protagonistas dessas iniciativas, está o “movimento” Todos pela Educação (TPE), formado por diversas instituições empresariais e respectivos “braços sociais”, como o Itaú Social e a Fundação Bradesco (diretamente vinculadas ao mercado financeiro). Fundado em

---

<sup>1</sup> A Emenda Constitucional nº 19 de 1998 (EC nº 19/98) implementou modificações no regime administrativo brasileiro, a partir da alteração de um grande número de dispositivos da Constituição Federal de 1988, referentes tanto ao funcionamento da administração pública. No inciso XIX da EC nº 19/98 deu nova regulamentação à criação de entidades da administração pública indireta e paraestatal. As entidades paraestatais incluem o conjunto de entidades paralelas ao Estado, incluem os serviços sociais autônomos (Sesi, Sesc, Senai, Sebrae), as entidades de apoio (fundações, associações e cooperativas), as organizações sociais (OS) e as organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip). A sua finalidade é realizar serviços sociais não exclusivos do Estado, contando com incentivo e fiscalização do poder público. Os acordos entre o poder público e as Oscips são definidos pelo “termo de parceria”, regido pela Lei nº 9.790/99.

2006, o TPE autointitula-se, conforme apresentado em seu site<sup>2</sup>, como “uma organização da sociedade civil com o objetivo de mudar para valer a qualidade da Educação Básica e Pública no Brasil”. Para promover tal mudança “para valer”, o movimento participa ativamente de decisões políticas educacionais, definindo diretrizes que a serem seguidas na educação pública. Ao tomar como base de sua luta pautas importantes para a educação, esse grupo conquista o apoio e o consenso necessário da população para legitimar sua atuação e suas intenções. “Entretanto, tais metas estão pautadas por organismos internacionais (OI), como o BM, cujas políticas estão extremamente comprometidas com a conservação da atual estrutura da sociedade, o que inclui para o Brasil a reprodução das desigualdades econômicas e sociais” (MOTTA, 2009).

Conforme Freitas et al. (2013, p. 112):

Estas iniciativas compreendem grave ameaça à educação brasileira e ao seu caráter público, já que a iniciativa privada passa, a decidir sobre: a gestão escolar, os conteúdos de aprendizagem, o treinamento/capacitação de professores e a fornecer os materiais didáticos. Estes últimos têm aspecto emblemático para caracterizar o processo privatista da educação pública, pois atendem a interesses difusos desde a escolha, aquisição e distribuição, em muitos casos sem licitação pública, além de chegarem à escola, descontextualizados de cada unidade educativa.

É necessário um repúdio a tal interferência, acompanhado do fortalecimento das instituições públicas, principalmente na área da educação. A atividade filantrópica que atue a serviço do capital não pode prevalecer sobre o interesse público e os direitos dos cidadãos.

Criado em 1994, por Viviane Senna, o Instituto Ayrton Senna (nome dado em homenagem ao piloto e irmão de sua fundadora) há mais de 20 anos atua em diversas escolas por todo o país, principalmente por meio de sua maior e mais abrangente iniciativa, o programa Acelera Brasil. Trata-se de um projeto de aceleração de aprendizagem, que tem por objetivo corrigir o fluxo escolar de alunos que apresentam distorção idade-série. No entanto, tem implicações na formação dos estudantes, pois reduz o conteúdo escolar, como também para o trabalho docente. Nesse programa, além de usarem um material produzido pelo próprio Instituto Ayrton Senna, os professores passam por um processo de capacitação e são submetidos a constante acompanhamento de supervisores, que buscam manter todos os docentes em um padrão

---

<sup>2</sup> <https://todospelaeducacao.org.br/> (Acesso em 13 de dezembro de 2022)

claramente estabelecido e definido pelo Instituto, com práticas e sequências didáticas prontas para serem aplicadas conforme orientação prévia.

Os professores que participam do programa, independentemente de sua formação, atuam lecionando em todas as disciplinas do Ensino Fundamental, com apostilas e programas prontos, excluídos da preparação e elaboração desses materiais. Muitas aulas são ministradas por telecursos, o que, juntamente à rigidez com que devem ser seguidos os materiais e sequências didáticas, anula a autonomia dos educadores, transformando o professor em um mero cumpridor de tarefas. A predefinição de tais conteúdos é tanta que os docentes têm que assinar um termo de compromisso, se comprometendo a seguir rigorosamente a proposta do programa.

Importante destacar que esse cenário multitarefas, em que o professor administra várias disciplinas, abre mão de sua autonomia pedagógica e restringe sua atuação profissional ao cumprimento de protocolos (os quais não foram elaborados por ele), contribui incisivamente para a precarização do trabalho docente.

Outra organização nacional que objetiva realizar profundas intervenções na educação pública é a Parceiros da Educação, fundada pelo banqueiro Lair Ribeiro (Banco Indusval & Partners). Esta atua, desde 2004, com projetos de parcerias com escolas, em moldes semelhantes aos do Instituto Ayrton Senna, por meio de gestão total de aspectos pedagógicos e administrativos nessas escolas. Fortemente representada (em seu conselho) e apoiada (outros empresários) por indivíduos ligados ao mercado financeiro, essa instituição, como em outras de atividade supostamente filantrópica, não só permite aos seus apoiadores significativas isenções fiscais, como também, no contexto da educação, favorece o desenvolvimento de um amplo processo de dominação sobre as classes mais pobres da sociedade, que se encontram nas escolas públicas.

Sua atuação nas escolas e na definição de políticas educacionais, somada à sua umbilical relação com o capital financeiro, permite que a educação seja usada como meio de manter a hegemonia de classes, a partir da inserção da agenda empresarial no contexto escolar, formando cidadãos (e futuros trabalhadores) apassivados, resilientes, para a não resistência. Nesse cenário, fica evidente que o combate à desigualdade social (um dos pilares mais defendidos por essas instituições) passa longe de ser a meta desse setor.

Dentre as pesquisas que embasam este trabalho, a de Silva (2020, p. 166), que dá conta dos impactos do empresariamento da educação no estado do Rio de Janeiro, apontam algumas parcerias público-privadas realizadas nesse território a partir do final dos anos 2000:

A primeira parceria se deu em 2008 com o Instituto Oi Futuro, uma experiência que se materializou na criação do Colégio José Leite Lopes que, junto ao Núcleo Avançado em Educação (Nave), oferece o ensino técnico voltado para a indústria de jogos eletrônicos. Em 2009, juntamente com a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (Seappa), a Seeduc firmou uma parceria com o Grupo Pão de Açúcar (GPA) e a Cooperativa Central de Leite (CCPL1), afim de criar no Colégio Comendador Valentim dos Santos Diniz, o Núcleo Avançado em Tecnologia de Alimentos e Gestão do Cooperativismo (Nata); unidade escolar cujo o foco tem sido a formação profissional em panificação e laticínios. E completando uma tríade, em 2011, a Seeduc deu início à parceria com a empresa Thyssenkrupp CSA (TKCSA), no colégio Erich Walter Heine, visando à formação de “técnicos em administração com foco em desenvolvimento sustentável”

Como observado, nos três casos, a atuação do “parceiro” privado busca favorecer seus próprios interesses, formando mão de obra especializada e voltada para a prática em sua atuação empresarial. Assim, um preocupante cenário se estabelece:

Forma-se um pequeno contingente de trabalhadores para atuar como mão de obra nas empresas “parceiras” e outra expressiva parcela de jovens é formada para lidar com a falta de emprego, tendo as “habilidades e competências” necessárias para atuar em um mercado de trabalho instável e precário. (SILVA, 2020, p. 167)

Em prol de uma educação emancipadora, que objetiva formar sujeitos e cidadãos ativos e críticos, mantendo a autonomia do professor e valorizando a importância técnico-científica desse profissional, é fundamental que essas “parcerias” sejam confrontadas, uma vez que, via de regra, tomam para si o protagonismo na gestão das “parcerias”, desenvolvendo práticas pedagógicas a serviço de seus interesses, que fatalmente visam à manutenção da hegemonia de classes em um cenário de crise do capital.

## *1.2. Aplicação da lógica empresarial a partir das formas de contratação atípica*

Não somente de parcerias público-privadas é feito o empresariamento da educação de novo tipo. A imposição da lógica empresarial na educação pública brasileira, principalmente por



meio da adoção de políticas neoliberais a partir da década de 90, se dá de diferentes maneiras, como por intermédio das formas de contratação atípica. Dentre estas, destacam-se neste capítulo a contratação temporária, a contratação de professores eventuais e os processos de terceirização, uberização e pejotização do trabalho docente.

A flexibilização dos contratos trabalhistas dos professores da rede pública, intensificada no início dos anos 2000, se tornou um precária realidade com a qual os docentes têm que lidar. Nesse cenário, é necessário elucidar a principal e mais usual forma de flexibilização: a contratação temporária. Esta, que inicialmente seria adotada como medida emergencial, em casos específicos, como determinado pela Constituição Federal de 1988, no inciso II, do artigo 37<sup>3</sup>, atualmente é empregada como estratégia de muitos governos do país para reduzir custos. Os profissionais adentram as escolas públicas do país sem plano de carreira, alheios aos projetos futuros das instituições e sem a segurança garantida pela estabilidade no serviço público, pois têm um tempo definido para ali estar, normalmente em contratos de 2 anos, que são estendidos por igual período. Inúmeros são os prejuízos diretos dessa prática para o exercício docente, que serão abordados no Capítulo 3.

Outra medida adotada por secretarias de educação é a contratação dos chamados professores eventuais. Esses profissionais, que, diferentemente dos professores temporários, não são amparados sequer por um contrato, atuam de forma intermitente, permanecendo nas escolas para substituir professores faltantes. Seu salário não é fixo, eles entram em sala para atuar em contextos fora da sua disciplina de origem, sua ligação com as turmas é quase nula, como suas aulas são eventuais. Tal invisibilidade também se faz presente junto ao corpo docente, já que estes, invariavelmente, se transformam em um funcionário faz-tudo da escola, atuando junto à secretaria ou até mesmo exercendo a função de inspetor escolar. O docente é expropriado de sua função, ficando à mercê da ausência dos colegas para garantir seu salário, que varia de acordo com o número de aulas ministradas.

Incentivada pela Lei da Terceirização (Lei Nº 13.429/2017), uma forma de contratação que vem ganhando força entre muitos no país é a terceirização, cada vez mais adotada em diversos setores trabalhistas e agora inserida na atividade docente. Nesse âmbito, a contratação

---

<sup>3</sup> [a] administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...] IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público (BRASIL, 1988)

de Organizações Sociais (OS), justificada como um benefício à educação pública, já é uma realidade no país, como elucida Silva et al. (2020, p. 147):

Em estados como Goiás e Paraíba, as tentativas de implantação das Organizações Sociais encontram-se em estágio avançado. O que podemos destacar é que tanto o edital goiano quanto o paraibano, divulgados em 2016 e 2017, representam um grave acinte à Constituição Federal (BRASIL, 1988) e à Lei nº 9394/1996 (BRASIL, 1966).

Com as OS, os funcionários deixam de ser servidores públicos e passam a ser empregados sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sem direito à estabilidade, ao piso salarial e aos planos de carreira (SILVA et al. 2020, p. 148).

Semelhante à dinâmica de trabalho dos professores eventuais, uma nova prática adotada por muitas empresas também tem atingido a carreira docente: a uberização. Nela, o profissional, por meio de um aplicativo, aguarda a solicitação de uma escola que necessite da sua atuação. Os impactos ao professor são semelhantes aos dos professores eventuais, apresentando como diferença a inserção tecnológica, que permite ao profissional não estar de maneira fixa no ambiente escolar, o que descaracteriza ainda mais seu exercício profissional.

Por fim, uma medida que tem afetado os professores (ainda que com uma ocorrência menor de casos) é a pejetização, na qual o docente, como pessoa jurídica, adentra a escola como um prestador de serviços, o que desobriga o poder público de importantes compromissos para com ele, cenário em que o profissional chega a pagar tributos que chegam a 30% do valor recebido. Além de retirar boa parte dos vencimentos dos educadores, essa forma de contratação desestrutura completamente a relação empregador-empregado, subjugando o professor a um mero prestador de serviços, totalmente alheio ao sistema educacional de forma legal, como servidor público.

As maneiras como o empresariamento da educação de novo tipo se apresenta são muitas e impõem significativos prejuízos à educação do país, como será abordado no Capítulo 2, que apontará alguns desdobramentos dessas práticas no sistema educacional brasileiro.

## **2. Os impactos diretos e indiretos do empresariamento na educação**

A estratégia de sucatear a máquina pública para favorecer interesses privados não é novidade no Brasil. Em diversos setores da sociedade, o interesse do capital tem prevalecido em detrimento do interesse público. Na saúde, no transporte, na segurança podem ser observadas diferentes tentativas de transferir a responsabilidade do poder público de administrar importantes esferas sociais. Seja negligenciando a garantia de direitos, seja precarizando a oferta de serviços à população, uma das principais justificativas para entregar à iniciativa privada a gestão de serviços públicos é a incapacidade, o insucesso que o Estado apresenta ao administrar tais recursos.

No Brasil, quanto à educação, tal lógica vem sendo cada vez mais ampliada. A partir da premissa segundo a qual o setor público não tem condições de oferecer ao povo serviços de qualidade, valorizando a lógica empresarial apoiada na livre concorrência, a temática à qual se dedica este trabalho ganha espaço na sociedade. O empresariamento da educação de novo tipo, uma vez que necessita de apoio da população, passa diretamente pelo convencimento desta. Sem o apoio das massas (e conseqüentemente da comunidade escolar), fica mais difícil aplicar e ampliar as medidas que são vendidas como necessárias à educação do país.

“É importante que os alunos não fiquem sem aula caso falte um professor, assim precisamos de profissionais que estejam prontos para assumir os postos de colegas faltantes”. “É louvável que organizemos tal substituição por meio de aplicativos, já que os recursos tecnológicos estão aí para serem usados por nós”. “A contratação de professores como prestadores de serviços, por meio de leilões, permite a esses profissionais se colocar no mercado, remando contra o desemprego”. “Terceirizar a contratação de professores por meio das OS garante a livre concorrência, o que oferece ao povo um serviço de maior qualidade”. Todas essas afirmações, usadas como argumentos para uma nova forma de gerir a educação pública do país, constituem-se como falácias, uma vez que, na prática, não acarretam melhorias ao ensino dos alunos, do contrário, sobrecarregam os professores, desvalorizam o trabalho docente e imputam graves prejuízos aos sistemas de ensino do país.

Inúmeras são as estratégias do setor privado para angariar apoio popular em suas medidas, tais como: uso da mídia para convencer a população sobre a importância de seu papel, a partir de significativos aportes financeiros destinados a peças publicitárias em horário nobre, além da participação de figuras públicas de forte apelo tanto em suas propagandas quanto no conselho de suas organizações; elaboração de consultas públicas para transmitir ao povo um sentimento de pertencimento e coparticipação, “a exemplo das Conferências Nacionais de Educação (Conae),

para a construção do Plano Nacional da Educação e das consultas públicas realizadas para definir a BNCC” (MOTTA; ANDRADE, 2020, p. 8); convencimento das massas de que “a educação oferecida sob o comando do empresariado é a melhor, senão a única possível nessa sociedade” (ibid., p. 9); e atuação coercitiva contra os que divergem de suas políticas “a exemplo da aprovação, no governo Temer, da Reforma do Ensino Médio, via medida provisória, e da BNCC, mesmo diante de críticas e resistência dos profissionais da educação” (ibid., p. 9).

No âmbito das “parcerias” firmadas e divulgadas pelo poder público como inovadoras e transformadoras, o que se pode observar é um processo de verdadeira dominação. O setor privado, denominado como “parceiro”, exerce incisiva posição hierárquica sobre a setor (e o interesse) público. O protagonismo tomado pelas empresas nas inúmeras decisões tomadas nas parcerias público-privadas é clara e manifesta, haja vista que diversas etapas da administração escolar são gerenciadas por elas: contratação de professores, produção de material didático, treinamento dos docentes, fiscalização e contínuo acompanhamento do trabalho dos educadores.

Considerando que grande parte das empresas que compõem essas organizações “parceiras” estão diretamente ligadas ao capital financeiro, presume-se que os interesses primeiros a serem atendidos serão os de seu setor. Além das significativas isenções fiscais que lhes são possibilitadas, a definição de diretrizes e políticas educacionais mostra-se como uma valiosa vantagem que vale o esforço empregado no processo. Formar (e conformar) cidadãos familiarizados (muitas vezes doutrinados) com suas ideologias dá a esses setores da sociedade civil um poder que não deveria ser dado: direcionar e definir o futuro de gerações de trabalhadores.

A respeito da educação, a literatura que investiga o empresariamento da escola pública e das políticas educacionais assinala que as interferências e transformações provocadas pela “parceria” com o setor privado são substantivas. Há impactos na formação, na autonomia, no salário e no regime de trabalho dos profissionais da educação; no financiamento e gestão da escola e dos sistemas educacionais; na oferta de matrículas; e no currículo (...). Tudo isso, é claro, envolve uma ampla rede de poder que visa incrustar a lógica competitiva do mercado em todas as relações que compõem a educação formal. (COSTA, 2021, p. 776)

O prevalecimento da lógica mercadológica no ambiente educacional subverte o papel da educação, pois compromete o seu papel libertador, crítico, questionador. Alunos são ensinados a reproduzir as ideias de meritocracia capitalista, que desconsidera as desigualdades e inúmeras

realidades presentes no Brasil. A educação é tomada como ferramenta de promoção e manutenção da hegemonia de classes, atuando junto e em favor do capital. Nesse contexto, a premissa de atender melhor os alunos não se sustenta, posto que um projeto político muito maior está por trás de tais iniciativas, como afirma Costa (2021, p. 785):

É importante ressaltar esse ponto. A despeito de serem divulgadas sob a denominação de “parcerias”, essa categorização não se coaduna com a realidade. A ideia de parceria supõe a existência de uma horizontalidade de relações entre os parceiros, ou seja, uma disponibilidade de ação conjunta que se aproximaria de ideais democráticos de gestão da educação. Todavia, à medida que as ações de APHs como a PdE são portadoras de uma agenda elaborada fora da escola, a qual interfere profundamente no cotidiano da última, parece que se está diante de uma relação decisivamente hierarquizada entre os dois “parceiros”. É por isso que este trabalho defende que se trata, na verdade, de um processo de colonização da educação pública pela agenda empresarial, com objetivos claros de dominação do processo educativo e neutralização das resistências.

Essa neutralização de resistências se configura de diferentes formas, desde a contratação de educadores alinhados com suas ideologias e treinados sob suas políticas, até o entendimento do resultados (notas e aprovações dos alunos) como único meio de avaliação dos projetos. Nesse contexto concentra-se outra mazela: as aprovações com baixa qualidade de ensino.

Uma vez que o sucesso desses projetos, sejam as parcerias público-privadas, sejam as formas de contratação atípica, dependem diretamente dos resultados finais (notas e aprovações) do processo, é objetivo central dos gestores que tais quesitos apresentem resultado satisfatório. Assim, inúmeros alunos seguem com boletins exemplares e aprovações seguidas, ainda não que não apresentem aproveitamento suficiente compatível com o seu desenvolvimento escolar. Para o setor privado, não interessam “recursos humanos” críticos e questionadores, mas sim uma massa trabalhadora conformada a cumprir ordens, com um certificado na mão e a necessidade constante de manter seus empregos. Tal realidade é destacada por Freitas et al. (2013, p. 119), com base em seus estudos sobre o Programa Acelera Brasil, do Instituto Ayrton Senna:

Ao desconsiderar o processo de ensino-aprendizagem como um processo de formação plena, em que as condições estruturais e sociais dos alunos sejam levadas em consideração, esse Programa se apresenta na contramão de um ensino de qualidade, negando os seus propósitos em contribuir na correção da defasagem idade/série, constituindo-se tão somente na superação dos indicadores relativos a esses índices. Ressaltamos que, ao mascarar estes índices sem a preocupação com a aprendizagem dos alunos, estamos de fato aprofundando os problemas da educação brasileira.

As padronizações impostas por esse programa, e pelos outros de origem semelhante, negam as subjetividades dos alunos e favorecem a dominação da burguesia em relação às classes mais pobres.

É nesse sentido que afirmamos que a escolarização, determinada pelo capital, se constitui, na atual fase de acumulação, como elemento necessário à reificação e à treinalidade. O interesse do capital na escolarização é produzir, por meio da educação escolar, indivíduos com a subjetividade capturada, tanto de professores, como de estudantes. Ambos fazem parte dessa trama. Trata-se da (de)formação dos sujeitos para que olhem e não vejam, falem e não digam, ouçam, mas não escutem. (ALMEIDA; ROSA, 2020, p. 1026)

Dessa maneira, a iniciativa privada subjugua a educação do país aos seus interesses e potencializa os valores do capital na sociedade e brasileira, apresentando para a população que tal processo é necessário (ou muitas vezes a única forma) para se garantir uma educação de qualidade a milhões de cidadãos brasileiros. O que claramente não se configura como realidade, além de afetar de maneira incisiva e preocupante o trabalho e a vida dos docentes, que têm sua atuação profissional completamente subvertida e sufocada pela adoção da lógica empresarial no contexto educacional.

### **3. Como esse cenário contribui para a precarização do trabalho docente?**

A expansão do empresariamento da educação de novo tipo no Brasil deixa marcas não só no ensino brasileiro, como abordado anteriormente, mas também em uma figura que exerce posição essencial para a educação no país: o professor. Os desdobramentos de tal prática vêm retirando cada vez mais o protagonismo desse profissional, que vê sua relevância ser menosprezada e substituída por estratégias e projetos educacionais que o excluem. Essa desvalorização, no Brasil, tem inúmeras faces, que diariamente promovem um apagamento da importância dos docentes no contexto escolar e em âmbito social.

Em primeira análise, vale ressaltar o processo de seleção e contratação dos profissionais que ministram aulas em projetos geridos por organizações nas PPPs. Os professores selecionados devem apresentar não somente afinidade com as ideologias e dinâmicas desses projetos, como também devem se condicionar a colocar em prática as propostas pedagógicas definidas por sua gestão. “O perfil exigido é bem semelhante àquele buscado na iniciativa privada (...), no qual

busca-se eliminar obstáculos para alcançar a força de trabalho orientada para os resultados que as empresas acreditam que são necessários” (SILVA, 2020, p. 170).

Nessas propostas, “há uma precarização objetiva e subjetiva que busca (con) formar um trabalhador adequado à lógica privatista empresarial” (ibid., p. 174). Um exemplo claro dessa lógica é a cobrança por resultado e produtividade, característica da meritocracia capitalista, que desconsidera as inúmeras realidades (e dificuldades) vivenciadas pelos educadores. As diretrizes pedagógicas de tais programas explicitam claramente quais atributos são esperados dos docentes:

A seleção contempla uma qualificação generalista com o intuito de estimular nos trabalhadores a “colaboração” com a gestão e atitudes comportamentais como: trabalho em equipe, capacidade de enfrentar mudanças permanentes, rapidez de respostas e criatividade diante de situações de pressão e imprevistas, além de comunicação clara, interpretação, análise, síntese e uso de diferentes formas de linguagem. (SILVA, 2020, p. 170)

Além de serem estruturados para limitar a capacidade de o professor tecer críticas, esses projetos desenvolvidos pelas PPPs não inserem os docentes na produção de materiais e no planejamento pedagógico, assim os professores, além de terem que administrar diversas disciplinas, têm que trabalhar com materiais prontos, que devem ser seguidos à risca (obrigatoriedade que, inclusive, consta no contrato desses profissionais).

Essas políticas objetivam controlar cada vez mais o trabalho do professor, contando, ainda, com o auxílio das novas tecnologias, por meio de plataformas e outros recursos tecnológicos que cerceiam a atuação desses profissionais e mantêm um ambiente constantemente monitorado dentro da sala de aula. Tal exclusão do processo pedagógico obriga os docentes a se adequar a um modelo pronto, afetando substancialmente sua autonomia em sala de aula, um dos mais importantes atributos que devem ser garantidos a eles.

Outra característica exigida dos professores nesses projetos é a polivalência. Casos como o dos professores eventuais e do Programa Acelera Brasil mostram como esse atributo é cobrado na prática, já que os educadores lecionam várias disciplinas, inclusive alheias à sua formação, o que compromete gravemente seu exercício profissional e o aprendizado dos alunos, além de descaracterizar sua atuação laboral. Somada a esse cenário, a exigência de cumprir rigorosamente as orientações pedagógicas e a ordem didática dos materiais resultam em um apagamento do professor, imputando a ele a função de um mero cumpridor de tarefas.

Seja nos projetos das PPPs (que exigem do professor um papel de mediador, supervisor e coordenador), seja no dia a dia dos professores eventuais (que permanecem o dia na escola à espera da ausência de um colega para adentrar a sala de aula, cumprindo inúmeras tarefas da rotina escolar), a lógica empresarial tem contribuído incisivamente para a construção do que hoje se entende por professor tarefeiro, um subaproveitamento dessa classe.

Nos programas educacionais geridos pelo ramo empresarial no país, existem gratificações oferecidas aos docentes que devem ser conquistadas, diretamente atreladas ao ideal meritocrático, que almeja resultados (de caráter quantitativo, e não qualitativo) a serem alcançados. Esses benefícios, além de serem heterogêneos e segregadores, representam um perigo à coletividade da classe docente, pois “os docentes podem se tornar um aliado estratégico do setor privado ou, como servidores públicos, podem ter sua percepção e consciência de classe deslocada pela vinculação salarial, compondo um professorado subjetivamente adaptado” (SILVA, 2020, p. 174).

Dentre esse conjunto de mazelas, cabe, também, destacar a instabilidade profissional vivenciada pelos professores inseridos nesse contexto. As contratações temporárias, as remunerações desiguais e a constante rotatividade de profissionais em projetos das PPPs inserem os docentes em uma realidade de incerteza, que macula de forma severa seu exercício profissional. A estabilidade do professor da rede pública, a ser garantida por meio de concurso público, é um dos elementos que garantem a esse profissional independência quanto a desmandos e intromissões na educação do país. Quando grupos empresariais adentram os sistemas de ensino e passam a atuar na gestão destes, selecionando profissionais a receberem benefícios e bônus salariais, tal desigualdade fragiliza ainda mais o papel dos educadores, sejam os que são excluídos desses ganhos, sejam aqueles que passam a depender dessas bonificações para compor seu salário.

Quanto aos docentes temporários, o cenário de instabilidade é ainda mais grave, pois, como já abordado, esse tipo de contratação, que deveria ser tratada como excepcionalidade, se tornou medida costumeira tomada pelo poder público no país. O profissional que se submete a processo seletivo público, aprovado por sua competência, atuando no serviço público, não tem a estabilidade profissional que deveria ser garantida neste, ficando dependente de contratos que, na melhor das hipóteses, podem ser prorrogados uma vez. Após esse período, o profissional deixa o ambiente escolar em que trabalhava, tendo que buscar recolocação em outra instituição ou baixar sua renda mensal, em um contexto de constantes incertezas sobre seu futuro profissional.



Além disso, a alta rotatividade de docentes nas escolas públicas não contribui para a construção de uma unidade junto à comunidade escolar, algo tão importante a ser estabelecido na rotina dessas instituições.

Essa postura do poder público, voltada primeiramente ao corte de custos, promove o achatamento salarial dos professores, o que afeta diretamente sua atuação profissional e sua vida na sociedade, já que este tem que trabalhar em mais de uma escola para garantir vencimentos que lhe proporcionem melhor condição de vida. Em alguns casos, os docentes precisam complementar sua renda com outros empregos, uma grave realidade descaracteriza a função social dos docentes, impede sua formação continuada e compromete a qualidade do seu trabalho, pois as atenções divididas e a necessidade de dedicar um tempo à docência em casa, com planejamento de aulas e correção de atividades, não permitem maior atenção ao exercício pedagógico.

Quando a lógica empresarial passa a dominar o contexto da educação no Brasil, o professor, na linha de frente do processo educativo, sofre um intenso processo de desvalorização.

Assim, a base do trabalho docente é alterada, o foco passa a estar nas experiências que o professor deve promover, nos valores e competências que deve instigar e não no conhecimento que domina e nas transformações que pode mediar. O professor requerido por esta política é aquele que sabe gerenciar pessoas e saberes de diferentes naturezas, é proativo, consegue resolver problemas no ambiente de trabalho e na comunidade, é capaz de trabalhar sob pressão e de assimilar as regras da competição impostas à classe trabalhadora.

Desta maneira, o trabalho docente é requerido não pelo seu teor científico e poder transformador, mas pela sua capacidade em formar o trabalhador padrão que deve ser capaz de executar determinado trabalho, que se adapte a condições precárias, que aceite sem muitas contestações a expropriação de seus direitos. Esse cenário é resultado de uma política educacional que, segundo Evangelista e Leher (2012), fomentam o “apagamento do professor”, pois os expropriam de seus conhecimentos e funções docentes colocando-o em um lugar de coadjuvante em relação ao ensino. (SILVA, 2020, p. 171)

O professor, relegado à posição de cumpridor de ordens e seguidor de protocolos, se torna coadjuvante do processo educativo, uma figura facilmente substituível. Tal desvalorização apresenta reflexos, inclusive, na visão da sociedade junto aos docentes, já que, tendo em vista que o indivíduo que exerce tal função precisa simplesmente transmitir aos alunos conteúdos,

aulas e atividades prontas e preparadas por outrem, o papel do professor dispensaria toda sua formação técnica, pedagógica e científica.

Nos casos dos professores temporários, a desvalorização profissional e social vivenciada no dia a dia causa até mesmo distinção e discriminação em seu local de trabalho, quando estes, tidos como membros provisórios, alheios à comunidade escolar, sofrem assédio moral, sendo rejeitados até mesmo pelos colegas de trabalho. Quanto aos professores eventuais, por exemplo, sua invisibilidade e sua desprofissionalização são latentes, haja vista que, em boa parte do tempo que eles passam nas escolas, estão fora de sala de aula, realizando tarefas rotineiras destas instituições, para as quais não foram contratados.

Ademais, a realidade vivenciada por esses profissionais fere diretamente importantes direitos sociais da categoria, como o direito a um plano de carreira sólido, que não sofram contínuas alterações ou até mesmo deixe de ser respeitado.

Tal desvalorização é de interesse do poder público, conforme afirmam Almeida e Rosa (2020, p. 1019):

Invade-se a sala de aula, a "caixa preta", retirando o pouco que restava de autonomia e dignidade ao professor na condução da atividade de ensino. Os tais métodos padronizados de observação, certamente elaborados a partir de critérios e técnicas advindos da administração, analisam o que foi observado a partir de critérios e técnicas advindos da administração, analisam o que foi observado a partir de um viés que busca legitimar o que já se sabia: a incompetência dos professores, o que justifica plenamente a elaboração de estratégias de formação e intervenção pedagógica.

Outro obstáculo imposto aos educadores pelo empresariamento da educação de novo tipo é o enfraquecimento da luta política coletiva, uma vez que, como afirma Silva et al. (2020, p. 137), “tal processo corrói a carreira docente, enfraquece a capacidade política coletiva dos professores e submete o docente a condições cada vez mais precárias de trabalho, promovendo sua desqualificação com vistas a sua requalificação dentro da lógica empresarial”. Tal enfraquecimento político, muitas vezes alimentado por gratificações financeiras ofertadas aos professores, não contribui para a luta política dos professores por maior valorização e melhores condições de trabalho. Além disso, sobretudo a contratação de professores eventuais e temporários, se traduz em salários mais baixos e cargas horárias mais elevadas.

Tal quadro revela um forte interesse econômico por parte dos governos, pois parcela significativa de professores é contratada com custo menor. No entanto, a condição de instabilidade desses professores também favorece o enfraquecimento das lutas da categoria. A falta de vínculo, a rotatividade e a ameaça do desemprego atuam negativamente para formação de qualquer tipo de organização coletiva, dificultando, consideravelmente, o desenvolvimento de ações conjuntas entre os professores temporários, como reuniões, manifestações e greves. Ou seja, o interesse último e velado presente na política para o trabalho docente é o desmatamento político da categoria para fixar as políticas de austeridade na relação trabalhista. (SILVA et al., 2020, p. 142)

Essas condições de trabalho expõem o professor a uma rotina em que a elevada jornada de trabalho, o excessivo tempo dedicado em casa à preparação de materiais e correção de atividades e a atuação em diversas escolas reduzem seu tempo livre, causando problemas à saúde. Casos de Síndrome de Burnout, depressão, estresse, ansiedade e outros problemas de ordem mental vêm sendo somados a outras mazelas que nos últimos anos atingem a carreira docente: problemas de coluna, dores de cabeça, alcoolismo, tabagismo, problemas cardiovasculares, insônia, dentre outros.

A excessiva cobrança por resultados e produtividade, as más condições de trabalho, a intensa rotina escolar e as inseguranças sobre sua carreira e seu futuro adoecem muitos professores inseridos nesse ambiente empresarial, diminuindo cada vez mais seu tempo livre para lazer, cuidados com a saúde e família. Casos de afastamento por esgotamento profissional e questões de ordem mental são uma realidade com a qual os docentes têm que lidar, o que, além de afetar gravemente a saúde desses profissionais, aumenta a necessidade de contratar mais profissionais temporários, que também serão inseridos nesse contexto precário e incerto de atuação docente, gerando um círculo vicioso que não melhora as condições propiciadas a eles, tampouco oferece aos alunos um ensino de melhor qualidade.

Lutar contra essas estratégias empresariais, inseridas de maneira arbitrária na educação pública do país, mascaradas por benefícios fantasiosos, deve ser uma postura constante dos professores e da sociedade, como um todo. Não se pode permitir que o ensino público brasileiro seja entregue a setores que nenhum compromisso legal ou moral têm com o povo, com sua formação e seu futuro. Não se pode permitir que a educação do país e o trabalho dos professores continuem a ser afetados de tantas formas.

## **Considerações finais**

Embora o empresariamento da educação de novo tipo venha firmando raízes no ensino público do país, é fundamental que estratégias que remem contra essa imposição sejam estruturadas. É importante que sejam estudados, analisados e apontados caminhos para frear essas iniciativas empresarias e valorizar mais o professor. Não se pode permitir que um direito tão importante como a educação seja negligenciado por parte do poder público, que, nesse processo de precarização, terceiriza para a iniciativa privada a responsabilidade de administrar e definir os caminhos a serem seguidos pela educação pública no país.

Visto que uma das principais fragilidades apresentadas nas PPPs estabelecidas na educação é o poder e a autonomia dados aos grupos empresariais, é necessário que tal influência seja revista. Nesses projetos, os interesses do Estado e da população devem prevalecer sobre o interesse do capital, o que não vem acontecendo atualmente. O processo educativo proposto e elaborado por essas empresas, dentro de tais “parcerias”, deve ser revisto e reorganizado para conferir ao poder público maior poder de decisão. Não somente ao poder público, mas principalmente aos professores, que devem participar de maneira mais ativa na elaboração desses projetos educacionais. A gestão pedagógica, a definição de caminhos a serem seguidos, o planejamento pedagógico e a produção de materiais didáticos precisam passar pela formulação e aprovação dos profissionais que estão na linha de frente do processo educativo junto aos alunos.

Não é razoável que dentro de sala de aula o professor tenha sua autonomia cerceada por materiais que devem ser trabalhados rigorosamente na forma, conteúdo e ordem que são impostos pela gestão desses projetos. Valorizar o papel científico do professor, ponderar as diversas realidades e desigualdades presentes no país e adequar a prática escolar a esses desequilíbrios são ações fulcrais para proporcionar aos estudantes uma educação mais inclusiva, libertadora e completa.

A estabilidade garantida ao servidor público, que atua em favor da sociedade e tem seu salário custeado por esta, deve ser uma das prioridades dos governos do país. Assim, deve-se abrir mais editais de concursos públicos e reduzir ao máximo as formas de contratação atípica, que tanto fragilizam a atuação profissional dos docentes e vulnerabilizam suas condições sociais. As contratações temporárias devem ser reduzidas e limitadas aos casos em que realmente haja necessidade de se contratar profissionais provisórios, diferentemente do que ocorre na atualidade,

quando tal procedimento se tornou uma recorrente estratégia de cortar custos e diminuir as obrigações do Estado para com os educadores.

Quanto aos professores eventuais, é importante que sejam estudadas formas não só de reduzir a falta de professores em sala de aula, mas também de substituir a ausência destes, para não prejudicar os alunos que ficarão sem aula. A solução não é simples, esse é um complexo e recorrente problema das escolas públicas do país. Talvez um bom começo seja proporcionar aos docentes melhores condições de trabalho em sala de aula, para evitar um dos principais motivos de faltas e afastamentos: os problemas de saúde. Decididamente, o que não pode ser permitido é que profissionais da educação pública convivam com a instabilidade profissional e financeira que a atuação eventual lhes impõe, além do esvaziamento profissional vivido nas escolas, ao se tornar um faz-tudo nessas instituições.

Outro ponto que deve ser destacado é o fortalecimento das organizações sindicais, uma vez que estas vêm cumprindo a fundamental da tarefa de lutar e resistir contra o avanço dos processos de terceirização, uberização e pejetização na educação do país. Com a redução das formas de contratação atípica, haverá maior consolidação de uma unidade política por parte dos docentes e maior engajamento da categoria na luta por seus direitos e por melhores condições de trabalho. Os sindicatos exercem papel essencial nesse enfrentamento.

Além disso, deve ser reforçada junto à população a importância de o Estado garantir financeiramente a educação pública (dever garantido pela Constituição), além de conduzir, definir e encaminhar as políticas públicas de educação respaldado em um amplo debate junto à sociedade e às organizações sindicais e acadêmicas. O ponto primeiro e final do processo educativo deve ser o povo, não o capital.

Por fim, é importante que sejam eleitos candidatos políticos comprometidos com o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade, independente, que garanta aos profissionais inseridos nesse processo boa remuneração, condições adequadas de trabalho, um plano de carreira sólido e que seja respeitado, além de ampla participação na gestão do processo educativo.

Deve-se não somente eleger tais parlamentares, mas também cobrar destes maior compromisso pela educação do país. A melhoria da educação pública no Brasil não deve ser pautada por projetos e conteúdos prontos e pasteurizados, com ar de modernidade e avanço, ela

deve passar diretamente pela valorização dos profissionais que atuam na linha de frente da sala de aula e que precisam participar cada vez mais dos bastidores desse processo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, A.M.; GOMES, T.A.; MOTTA, V.C. Formas e tendências de precarização do trabalho docente e os influxos do empresariamento na educação. **Cadernos de Educação**, n. 63, p. 137-155, jan./jun. 2020.

ALMEIDA, R.P.; ROSA, S.V. Armadilhas no labirinto: a conformação político-pedagógica à agenda educacional neoliberal e seu impacto no trabalho docente. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 45, n.3, p. 1017-1029, set./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/61788>. Acesso em 10 de jan. 2023.

FREITAS, C. de et al. O empresariamento da educação pública: o caso do Programa Acelera Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 110-121, jun. 2013.

MOTTA, V. C.; ANDRADE, M.C. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.224423>. Acesso em 10 de jan. 2023.

MOTTA, V. C. Educação como caminho, mas qual? Todos Pela Educação ou em Defesa da Escola Pública? **Anuário Educativo Brasileiro**, São Paulo, 2009.

EVANGELISTA, O.; LEHER, R. Todos pela educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho necessário**, Niterói, v. 10, n. 15, jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.10i15.p6865>. Acesso em 10 de jan. 2023.

SILVA, Amanda Moreira da. O trabalho docente na educação pública fluminense frente ao empresariamento. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 15, n. 33, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.20500/rce.v15i33.35072>. Acesso em 10 de jan. 2023.

COSTA, Regis Eduardo Coelho Argüelles da. A Parceiros da Educação e o processo de colonização da educação pública. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 23, n. 3, p. 773-787, set./dez. 2021.

CEA, Georgia Sobreira dos Santos. Parcerias público-privadas e hipertrofia do mercado na educação. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 30-47, abr. 2021.

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 1988.